

Imagens de uma cidade submersa – o Rio de Janeiro e suas enchentes na memória de escritores e fotógrafos

Andréa Casa Nova Maia

A CIDADE QUE SEMPRE ENCHE: RIO DE JANEIRO E AS INUNDAÇÕES
NA LEMBRANÇA DE MEMORIALISTAS E LITERATOS

Celebro – ó tromba d'água! Ó portadora
Da ira celestial –
Celebro a grande fúria rugidora
Com que alagaste o leito da Central!

Fantasio, pseudônimo de Olavo Bilac
(*Gazeta de Notícias*, 5 de março de 1896)

A história do Rio de Janeiro se confunde com a história das suas enchentes. As inundações ocorridas devido aos fortes temporais de verão, desde muito provocam tragédias na urbe, com desabamento de casas, alagamento de ruas, destruição do comércio, problemas de transporte, doenças, falta de comida e outras mazelas que, muitas vezes, incluíam a morte de alguns cidadãos.

Essas verdadeiras catástrofes urbanas eram também, desde princípios do povoamento urbano, registradas em escritos de viajantes, desenhos e pinturas, bem como por obras literárias. Mais tarde, os registros nos chegam já pela imprensa, ainda que naqueles tempos remotos não fosse realizado o registro preciso dos índices pluviométricos e não se tenha uma medição precisa de quanto chovia em quanto tempo. Tal registro só foi possível séculos mais tarde. Para a cidade do Rio de Janeiro, só dispúnhamos de marcações desse tipo a partir de 1851.

Na época da fundação da cidade de São Sebastião, em 1575, o padre José de Anchieta, ao escrever uma carta para outro religioso jesuíta, descreve a fúria e

a grande intensidade com que a água das chuvas destruía a cidade: “[...] choveu tanto que se encheu e rebentaram as fontes [...]”.¹

De acordo com Helder Costa,² a primeira inundação gerada por uma enchente histórica que se tem notícia ocorreu no século XVI. Talvez seja a mesma relatada pelo padre Anchieta, mas não encontramos outro registro escrito que pudesse estabelecer com precisão tratar-se da mesma enchente. Todavia, posteriormente, já no século XVII, ela chega a ser descrita por alguns cronistas que descrevem uma ressaca em data imprecisa, mas certamente numa época de maré alta, e contam sobre uma chuva muito intensa de tal forma que, vencido pelo mar, o canteiro da rua Direita (atual rua Primeiro de Março), com alagamento das poças extensas, mas não profundas, de águas estagnadas e sujas da cidade, veio a atingir e transbordar as lagoas de Santo Antônio (largo da Carioca), do Boqueirão (Passeio Público) e do Outeiro (rua do Lavradio), interligando-as e transformando toda a área baixa da cidade numa grande laguna de águas escuras porque sujas e coloridas de lama. A massa de água alargou-se até atingir a chamada Prainha (praça Mauá) e à lagoa da Sentinela (Frei Caneca), de maneira que os morros então já habitados, do Castelo (ruas Graça Aranha e México), de São Bento (São Bento) e de Pedro Dias (rua do Senado) se transformaram em verdadeiras ilhotas.

Outros registros de memória sobre as grandes inundações datam de 1711. No século XVIII destacam-se as enchentes de 21 para 22 de setembro de 1711, pois tal inundação parece ter coincido com a chegada dos franceses ao Rio de Janeiro.

A invasão foi liderada por Duguay-Trouin, e os franceses, na noite de 21, após terem rendido a ilha das Cobras, deram início ao famoso bombardeio da cidade sob intenso temporal que alagou o Rio de Janeiro. De certa forma, a chuva e o alagamento da cidade facilitaram a vitória dos franceses e o sucesso da invasão, pelo que sugerem alguns historiadores, como Cavalcanti (2004).³ Todavia, novas pesquisas afirmam que, mesmo com a ocorrência de algum tipo de fenômeno

¹ Carta de José de Anchieta, escrita em 9 de julho de 1565, ao padre Diogo Mirão provincial de Portugal (ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões* – 1554–1594. Rio de Janeiro: Livraria Itatiaia, 1988. p. 257-267).

² COSTA, Helder et al. *Enchentes no estado do Rio de Janeiro* – uma abordagem geral. Rio de Janeiro: Semads, 2001. p. 79.

³ CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

meteorológico, capaz de justificar uma baixa visibilidade durante a invasão, como um nevoeiro ou chuva intensa, a invasão seria inevitável, considerando a deficiência do sistema de defesa e o grande poder ofensivo da esquadra francesa. Mesmo assim, as crônicas mais antigas sugerem que os tiros de canhão confundiam-se com o som dos trovões e relâmpagos da tempestade que alagou a cidade. José Vieira Fazenda, por exemplo, faz referência às chuvas de 1711, que “por muito tempo perdurou na tradição carioca”, descrevendo o que se tem notícia sobre a sinistra noite de 21 para 22 de setembro de 1711:

Forçada a barra do Rio de Janeiro e apoderando-se da ilha das Cobras, iniciou o célebre marítimo o bombardeio da cidade. “Noite espantosa, noite terrível (diz testemunha ocular)! O seu silêncio repentinamente se perturba pelas descargas de toda a artilharia. Ao mesmo tempo se cobre o céu com horrorosa tempestade. O fogo dos relâmpagos se confunde com o fuzilar dos canhões e o ribombar destes junto aos formidáveis estrondos dos trovões repercutindo pelos ecos das montanhas davam os míseros habitantes a sinistra ideia do fim do mundo”. “Estes (acrescenta insuspeito contemporâneo), se foram metendo por esses caminhos e matas, onde se se houveram de individuar os desarranjos, fomes, mortes de crianças, desamparo de mulheres e toda a qualidade de misérias, fora um nunca acabar. Mulher houve que se achou morta abraçada com uma criança de peito, e outra assentada junto dela, a qual perguntando-se, o que fazia ali? Respondeu: estava esperando que sua mãe e irmã acordassem. Ajuntando-se a mais terrível noite de chuva e escuridão, que pôs os caminhos de sorte que em algumas pontes se passava com água pelos peitos, e pareciam os passageiros o espetáculo de um naufrágio”.⁴

Também existem notícias de que uma grande chuva, precedida por ventos fortíssimos, atingiu o Rio de Janeiro no ano de 1756, a partir das 13 horas do dia 4 de abril. Totalizando três dias de fortes chuvas, os registros indicam que as tempestades provocaram inundações em toda cidade e desabamentos de

⁴ FAZENDA, J. V. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 86, v. 140, p. 27, 1920.

casas, deixando muitas pessoas desabrigadas e alguns mortos. Um registro de Balthazar da Silva Lisboa narra que o terror se apoderou dos habitantes, fazendo com que os cidadãos buscassem abrigo nas igrejas. De acordo com o cronista, as águas subiram de tal maneira que inundaram a rua do Ouvidor (Miguel Couto) e entraram pelas portas das casas. Formou-se um rio que ia da região entre o Valongo (praça Mauá) até a igreja do Rosário (Rosário, esquina da avenida Rio Branco), pois toda a área ficou totalmente cheia de água:

As trovoadas ocasionavam na Cidade grandes inundações. Em 4 de abril de 1756, depois de uma hora da tarde, choveu tão grossa e copiosa chuva, precedida de veementes concussões do ar, e espantosos furacões, por três dias sem interrupção, que o temor e o susto se apoderou de tal sorte do ânimo dos habitantes, que desde a primeira noite muita gente desamparou as casas, as quais caíram, fugindo sem tino para as Igrejas: desde então as águas cresceram por tal maneira que inundaram a rua dos Ourives, e entraram pelas casas dentro, por não caberem pela vala. No dia 5 do dito mês, saindo o Santíssimo da Sé, o Sacerdote que levava o Senhor, foi descalço, e bem assim os irmãos da irmandade do Santíssimo, todo o Campo parecia num Lagamar; vadeavam-se as ruas de canoas, e no dia 6 uma navegou desde o Valongo até a Sé (que estava na Igreja do Rosário dos pretos) com 7 pessoas.⁵

É preciso lembrar, antes de mais nada, que o lugar escolhido para a construção da cidade teve que ser “dominado” pelo homem com drenagens e aterros, durante mais de 300 anos, até o século XIX. Conforme assinala Brandão:

A posição estratégica do Rio de Janeiro, na entrada da Baía de Guanabara, foi fundamental na decisão portuguesa de fundar a cidade e de aqui manter o seu posto avançado de controle colonial. Mas o sítio sempre foi problemático pela quebra abrupta de gradiente entre a encosta e a baixada situada ao nível do mar, e pela grande quantidade de brejos, pântanos e lagoas.⁶

⁵ LISBOA, Balthazar. *Annaes do Rio de Janeiro*. t. 7, 1834.

⁶ BRANDÃO, A. M. *Tendências e oscilações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p.143-200.

A população do Rio de Janeiro irá ocupar partes do território com aterros provisórios e feitos sem muita tecnologia, a princípio e por isso, mal nivelados. A cidade é construída sobre antigos pântanos, córregos, lagoas, manguezais. E não deveríamos nos espantar ao constatar que é justamente nessas áreas que são maiores os danos causados pelas inundações.

É sabido que a cidade começa a se expandir pela várzea, numa área circundada por quatro morros: o morro do Castelo e os morros de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição.

Acerca dos pântanos e mangues sobre os quais foi sendo levantada a cidade, aterrados, primeiro, para a passagem dos caminhos e, depois, para a implantação de edificações, aponta Backheuser⁷ que: “dessecando-os por drenagem; coloca-se, simplesmente, como ainda hoje se faz, o aterro por cima”.

De acordo com o autor, no século XVII já se reconhecia a necessidade de se disciplinar a distribuição das edificações até então feitas a esmo e tornou-se uma primeira medida contra o alinhamento irregular que até então era feito, ordenando que as testadas das casas fossem pavimentadas numa largura de cinco palmos, aproximadamente 1,10m pelos próprios moradores, para diminuir os efeitos do embate sobre o leito das ruas, das águas da chuva escorrendo dos beirais dos telhados.

Da mesma época é a abertura de valas para águas usadas e dejetos diversos. As valas, desse modo, foram a primeira rede de esgotos sanitários a céu aberto que o Rio de Janeiro conheceu. Esse sistema de drenagem era problemático, pois as valas, quase ao nível do mar, tinham pouca caída, pouco declive, o que comprometia sua função de drenagem. Além disso, quando da ocupação do território contra o mar, há que se assinalar os múltiplos acréscimos de terrenos ocorridos no entorno da baía de Guanabara em toda a orla da cidade, e que iriam acrescentar mais uma dificuldade ao escoamento das águas pluviais. Sem falar nas lagoas da cidade que foram sendo aterradas sem qualquer planejamento. Nesse século há registros de fortes tempestades que caíram sobre o Rio de Janeiro nos anos 1756 a 1779, com enchentes e deslizamentos.

No século XIX aconteceram várias enchentes no Rio de Janeiro. A principal delas foi a de 10 a 17 de fevereiro de 1811, conhecida como “Águas do Monte”,

⁷ BACKHEUSER, Everardo. *Minha terra e minha vida* (Niterói há um século). Niterói: Niterói Livros, 1994. p. 24.

pela destruição no morro do Castelo, quando desabaram várias casas, muralhas e barracos, deixando sobre as ruínas inúmeras vítimas.

D. João VI, tendo chegado de Portugal poucos anos antes, exigiu um inquérito sobre a enchente e, mais que a vontade de Deus, as causas encontradas eram “a falta de conservação das valas e drenos pelos entulhos e lixos e demais imundícies lançados nelas”.⁸

As chuvas torrenciais parecem ter mesmo feito desabar parte da muralha da fortaleza de São Sebastião sobre os quintais do beco do Cotovelo, matando e ferindo. As famosas “Águas do Monte” até quadrinha cantada inspiraram! De acordo com Carlos Kessel,⁹ o estribilho da cantiga – que começa pelo “Vem cá, Bitu, vem cá...” – referia-se a um pobre coitado que fora apanhado pelo desabamento quando bebia num dos botequins da rua do Cotovelo, logo abaixo do castelo de São Sebastião:

Que é do teu camarada
A água do monte levou.
Não foi água, não foi nada,
Foi cachaça que o matou.

Fala-se em muitas vítimas e enormes prejuízos materiais, mas os números são desconhecidos. Tal foi a magnitude desse temporal que o príncipe regente ordenou que as igrejas ficassem abertas para acolher os desabrigados e encomendou estudos sobre as causas da catástrofe.

As “Águas do Monte” também ficaram registradas em crônica sofisticada do Dr. José Vieira Fazenda, antigo bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que escreve “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”, no caso dessa narrativa, datada de fevereiro de 1903, nos explicando com riqueza de detalhes como ocorrera a tragédia:

⁸ ROSA, L. P.; LACERDA, W. A. (Ed.). *Tormentas cariocas*. Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Coppe, UFRJ, 1997. p. 43.

⁹ KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 35-36.

Mas tudo foi nada, comparado às célebres águas do monte (10 a 17 de fevereiro de 1811). Depois da tremenda trovoadá choveu incessantemente durante sete dias. Os rios das redondezas da cidade, avolumando por maneira nunca vista o contingente das águas, inundaram completamente os arrabaldes. A enchente levou diante de si todas as pontes de madeira, inclusive a da Bica dos Marinheiros, por onde transitava o príncipe regente, e inutilizou o chamado caminho das lanternas, na direção da atual rua Senador Euzébio. O que seria então o célebre Mangue de S. Diogo, é fácil de imaginar pelo que ainda hoje observamos no ano da graça de 1903. As ruas da cidade velha transformaram-se em verdadeiros rios caudalosos navegados por muitas canoas de pescadores. O chefe do Governo ficou isolado na chamada Quinta da Boa Vista, antiga propriedade de Elias Antonio Lopes. Foram sem conta os desabamentos de casas antigas e casebres, máxime da rua da Valla para o Campo. Esta teve os lagedos, que a cobriam, completamente deslocados, procurando as águas sair pelas suas que vão ao mar. Desabou grande parte da barreira chamada do Povo (Morro de Santo Antônio). As igrejas e capelas estiveram sempre abertas, acesos os altares, e os sacerdotes entoavam preces para a cessação de tão tremenda calamidade. O povo corria para ali apavorado, pedindo a proteção divina.¹⁰

Interessante perceber aqui a recorrente ajuda da Igreja Católica, que abrigava a população nesses momentos de crise. Solidariedade esta que permaneceu frequente em todos os dilúvios que a cidade recebeu ao longo de três séculos. Também o memorialista anota que, na época, não foi possível precisar o número de vítimas, mas sabe-se que vários cidadãos foram arrastados pelas águas e morreram sem conseguir se agarrar, perdendo-se nas correntezas formadas pela força da enxurrada ou mortos por soterramento, ficando presos nos escombros e nas ruínas dos morros que desabaram:

Na rua d’Ajuda, refere Meneses, o velho cirurgião do Exército, as águas barrentas do Castelo jorravam pelas janelas dos primeiros andares. Crer-

¹⁰ FAZENDA, J. V. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro, p. 25.

se-ia a reprodução do dilúvio universal, si no Velho Testamento não estivesse exarada a solene promessa de Deus, feita a Noé, de que jamais destruiria o mundo por meio d'água. Por falta de dados especiais não podemos hoje calcular o número de vítimas. Houve-as e em grande número. A aba do morro do Castelo, que olha para a ilha das Cobras, derrocou-se em grande parte, causando a total destruição de quase todas as casas do antigo beco do Cotovelo. Nas ruínas ficaram sepultados vários indivíduos, inclusive o célebre Bitu, como já mostramos em anteriores apontamentos.¹¹

Pelo que indica a composição musical e a citação acima, Bitu foi um personagem de destaque para a história do morro do Castelo, conhecido por todos e que morreu soterrado pelas “águas do Monte”, como tantos outros, o que podemos inferir a partir da bela narrativa memorialística que continua, contando que:

Muito sofreram nessa ocasião os terrenos junto à fortaleza do Castelo, os quais, em 30 de junho de 1808, o capitão Pedro Cypriano de Abreu Lima comprara ao padre Joaquim José Saldanha, dividindo, por um lado com a ladeira do Colégio e pelo outro com a rua d'Ajuda, com os herdeiros do capitão-mor Anacleto Elias da Fonseca. Nessa chácara, conhecida pelo nome de seu último proprietário, dr. Salles Rosa e, antes de Antonio Fernandes Coelho, estabeleceu o Dr. Bento Mure uma casa de saúde para tratamento das pessoas que se quisessem medicar pela homeopatia.¹²

Importante perceber aí as providências tomadas pelo então príncipe regente e o apoio do intendente geral da Polícia:

Passada a tremenda crise, e receoso o príncipe regente de algum desabamento, mandou arrasar parte da muralha do antigo forte de S. Sebastião. Em todas essas terríveis emergências, contou sempre d. João com o zelo e atividade do infatigável Paulo Fernandes Viana, intendente geral da Policia.¹³

¹¹ *Ibid.*, p. 27.

¹² *Ibid.*, p. 28.

¹³ *Ibid.*, p. 29.

Questão digna de nota também neste relato diz respeito ao projeto, já existente desde essa época, de destruição do morro do Castelo. Na narrativa, somente contrário é Varnhagen, e sua justificativa é um sinal da sensibilidade ecológica de vanguarda, pois sua sugestão é que se plantem árvores nas encostas ao invés de construir de muros. Percebam que interessante a perspectiva do historiador, bem a frente de seu tempo sugerindo o replantio:

Data desse tempo o projeto do arrasamento do morro do Castelo, ideia que, patrocinada pelo bispo Azeredo Coutinho, tem sido até nossos dias verdadeira utopia. Sobre a utilidade higiênica estão todos de acordo. Somente o eminente historiador Varnhagen se alistou na oposição. “A demolição (diz o visconde de Porto Seguro) seria obra gigantesca, dispendiosa e que, longe de utilizar, como ainda hoje se crê, iria quanto a nós fazer a cidade mais monótona e menos fresca do que si em suas encostas se plantassem arvores, destinando-as para passeio público da cidade, – local mil vezes preferível a esse outro sombrio e abafadiço, bem que junto ao mar, com que tanto se tem gasto e ao qual melhor fora derubar os muros que o cercam, reduzindo-o a uma simples alameda (só de árvores e sem jardins), transitável às carruagens e gente a cavalo, sobretudo si pelo lado do mar e da igreja da Lapa se lhe abrisse passo a calçada, que dominando a praia vai à Glória.” O conselho não pegou, nem cremos pegará. Contra isso protestariam os manes de Luiz Vasconcellos, do mestre Valentim, do Xavier dos Pássaros e do Xavier das Conchas, duas entidades distintas, que muita gente reúne em um só indivíduo! (17 de fevereiro de 1903).¹⁴

Machado de Assis é outro escritor que descreve poeticamente as chuvas de 1811 em uma crônica d’*A Semana*, em 2 de fevereiro de 1896:

Pior que tudo, porém, se a tradição não mente, foram *as águas do monte*, assim chamadas por terem feito desabar parte do morro do Castelo. Sabes que essas águas caíram em 1811 e duraram sete dias deste mês de

¹⁴ *Ibid.*, p. 30.

fevereiro. Parece que o nosso século, nascido com água, não quer morrer sem ela. Não menos parece que o morro do Castelo, cansado de esperar que o arrasem, segundo velhos planos, está resoluto a prosseguir e acabar a obra de 1811. Naquele ano chegaram a andar canoas pelas ruas; assim se comprou e vendeu, assim se fizeram visitas e salvamentos. Também é possível, como ainda viviam náiades, que assim as fossem buscar as fontes. Talvez até se pescassem amores.¹⁵

A narrativa machadiana nos brinda com imagens ricas de uma cidade submersa onde os rios, já transformados em ruas, voltam a correr soltos onde passavam antes dos aterros e drenagens. Também o morro do Castelo é mais uma vez lembrado assim como os planos de sua destruição. O cronista transforma o século XIX no século das chuvas, mas também remonta ao dilúvio de 1756, quando também a cidade viu suas ruas transformarem-se em rios e suas praças em lagoas e os habitantes tiveram que usar canoas para se locomoverem no centro da cidade. Além disso, sua narrativa chama atenção para a fé da população, que se refugia nas igrejas, no pé dos altares, rezando pelo fim das tempestades. Como se a natureza só pudesse ser contida por Deus e pelos santos:

Se remontares ainda uns sessenta anos, terás o dilúvio de 1756, que uniu a cidade ao mar e durou três longos dias de vinte e quatro horas. Mais que em 1811, as canoas serviram aos habitantes, e o perigo ensinou a estes a navegação. Uma das canoas trouxe da rua da Saúde (antiga Valongo) até a igreja do Rosário não menos de sete pessoas. Naturalmente não vieram a passeio, mas à reza, como toda a gente, que era então pouca e devota. Caíram casas dessa vez; a população refugiou-se ao pé dos altares. Afinal, como a cidade não tinha ainda contados os seus dias, fecharam-se as cataratas do céu; as águas baixaram e os pés voltaram a pisar este nosso chão amado.

Remontando ainda, poderíamos achar outros dilúvios pela aurora colonial e pela noite dos tamoios; mas, isto de chuva continuada não sei se é mais aborrecido vê-la cair que ouvi-la contar. Shakespeare põe este troca-

¹⁵ ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962. p. 175.

dilho na boca de Laertes, quando sabe que a irmã morreu afogada no rio: “Já tens água de mais, pobre Ofélia; saberei reter as minhas lágrimas.” Retenhamos a tinta. [...] Dar-se-á, porém, se estamos no começo de outro dilúvio universal, que não haja agora exceção de família nem se salve a memória dos nossos pecados?¹⁶

Outras enchentes históricas ocorreram no Rio de Janeiro do século XIX em 1833, 1862 e 1864. Esta última, por ser originária de uma chuva de granizo que destelhou toda a cidade, ficou conhecida como “Chuva de Pedra”. Mais uma vez é Machado de Assis que conta como a paisagem urbana carioca sofreu com estas enchentes e outras mais ao longo de todo século XIX, até 1889, que se tornaram, nas palavras do cronista d’*A Semana*, verdadeiros “dilúvios”:

Avocat, oh! passons au déluge! Antes que me digas isso, começo por ele. Não esperes ouvir de mim senão que foi e vai querendo ser o maior de todos os dilúvios. Sei que o espetáculo do presente tira a memória do passado, e mais dói uma alfinetada agora que um calo há um ano. Mas, em verdade, a água, depois de ter sido enorme, tornou-se constante, geral e aborrecida. Mais depressa que as demandas, a chuva deitou abaixo muitas casas que estavam condenadas a isso pela engenharia; mas as demandas tinham por fim justamente demonstrar que as casas não podiam cair sem dilúvio, e a prova é que este as derruiu. Se deixou em pé as que não estavam condenadas (nem todas), não foi culpa minha nem tua, nem talvez dele, mas da construção. Ruas fizeram-se lagoas, como sabes, e o trânsito ficou interrompido em muitas delas; mas isto não é propriamente noticiário que haja de dizer e repetir o que leste nas folhas da semana, – não somente daqui, mas de outras cidades e vilas interiores.¹⁷

Interessante perceber como, no século XIX, havia uma ideia de que a chuva tinha um efeito de limpeza da cidade e não era vista somente de maneira negativa e já amedrontadora, por perigo de doenças que vinham com as enchen-

¹⁶ *Ibid.*, p. 175-176.

¹⁷ *Ibid.*, p. 174.

tes e também pelo medo da morte, por causa dos desabamentos constantes das casas e mesmo da possibilidade de afogamento na hora em que se formavam as “corredeiras” nos morros ou o mar não encontrava resistência nas encostas e entrava pela cidade, buscando recuperar com fúria o que antes era seu. Segundo Brandão,¹⁸ até o século XIX, alguns efeitos das chuvas eram considerados benéficos. Os médicos daquela época pensavam que os grandes temporais melhoravam a qualidade do ar. A cidade só era varrida e lavada pelas chuvas:

Tratando da nossa boa capital, acho que devemos atribuir o dilúvio, esta vez, antes ao amor que a cólera do céu. O céu também é sanitário. Uma grande lavagem pode mais que muitas discussões terapêuticas. Com a chuva que se seguiu ao dilúvio, vimos diminuir os casos da epidemia, enquanto que os simples debates nos jornais não salvaram ninguém da morte.

Machado destaca as fortes chuvas de 1864 e descreve sua experiência naquela enchente, demonstrando como sofriam os cariocas quando a cidade transformava-se em uma Veneza tropical. Aqui, o escritor compara a multidão que descera pelas ruas no dia do “dilúvio bancário” às águas das enchentes, referindo-se a mais uma crise bancária e cambial ocorrida no centro financeiro devido à política econômica emissionista que fora adotada desde o final do Império e provocara, como as chuvas provocavam, a destruição das casas – na metáfora, casas bancárias. Tratava-se de um dos dilúvios que provavelmente precederam o grande dilúvio do Encilhamento. Machado de Assis compara, como os poetas, a multidão às águas, relatando o que se passou numa sala da redação de um jornal em que trabalhava na ocasião:

Podia citar dilúvios anteriores, – os dois, pelo menos, que tivemos nos últimos quinze anos, ambos os quais (se me não engano) mataram gente com as suas simples águas. Águas passadas. O primeiro desses durou uma noite quase inteira; o segundo começou a uma ou duas horas da tarde e acabou às sete. Era domingo, e creio que de Páscoa. Mas um e outro tiveram um predecessor medonho o de 1864, que antecedeu ou sucedeu, um mês

¹⁸ BRANDÃO, A. M. *Tendências e oscilações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro*.

certo, ao dilúvio da praça. O da praça arrastou consigo todas as casas bancárias, ficando só os prédios e os credores. Não perdi nada com um nem outro. Pude, sim, verificar como os poetas acertam quando compararam a multidão às águas. Vi muitas vezes as ruas perpendiculares ao mar cheias de água que desciam correndo. Uma dessas vezes foi justamente a do dilúvio de 1864; a sala da redação de um jornal, ora morto, estava alagada; descí pela escada, que era uma cachoeira, cheguei as portas de saída, todas fechadas, exceto a metade de uma, onde o guarda-livros, com o olho na rua, espreitava a ocasião de sair logo que as paredes da casa arreassem. Pois as águas que desciam por essas e outras ruas não eram mais nem menos que as multidões de gente que desceram por elas no dia do dilúvio bancário.¹⁹

A grande questão urbano-ambiental na cidade do Rio de Janeiro até o século XIX era a água, pois de um lado havia a falta, de outro, o excesso. A falta de água para consumo afligia a cidade. Enquanto o excesso a atormentava na época das chuvas torrenciais.

Após a inundação de 1811, o engenheiro físico Dr. Manuel Vieira estudou o problema das inundações e apresentou relatório sobre o regime das águas da cidade e melhoramentos necessários ao seu escoamento e sobre obras públicas julgadas úteis. Outras sugestões e planos para o escoamento das águas pluviais foram apresentadas ao longo dos Oitocentos, conforme nos aponta Alcântara:²⁰

O plano do Marechal Soares de Andréia foi apresentado em 1842, com detalhes técnicos acrescentados em 1854. Favorável à supressão das valas, pretendia-se fixar a grade a ser conferida às ruas da cidade de modo a facilitar o escoamento superficial.

O autor também nos explica que foram propostos mais dois planos ainda na década de 50 do século XIX:

¹⁹ ASSIS, Machado de. *Obras completas*, p. 175-176.

²⁰ ALCÂNTARA, U. M. A. As inundações e os aguaceiros. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, p. 193-207, 1951.

O segundo plano foi proposto em 1855, pelo Dr. Manuel Galvão, Diretor de Obras Municipais da Corte. A solução proposta consistia em aproximar o mar do Campo de Sant'Ana. Através de um rasgo, tornando desnecessário o alteamento do Campo e evitando modificações profundas nos níveis da cidade. O terceiro plano, finalmente, era o dos partidários do “tout à l'égot”, ou seja, da transmissão de todos os despejos passíveis de serem arrastados por via hidráulica através dos coletores existentes de águas pluviais, sistema esse que se contrapunha ao de separador absoluto, que viria a ser posteriormente preferido.²¹

Os planos provavelmente teriam sido produzidos na tentativa de minimizar as inundações que continuaram por toda a segunda metade daquele século, atingindo pobres e ricos, como pode ainda ser constatado a partir das memórias do bibliotecário do IHGB:

Contam os antigos: em certa quarta-feira de cinzas caiu tão repentina trovoadacompanhada de chuva torrencial, que pôs em debandada a procissão, que saíra da Ordem da Penitência. Alguns andores foram conduzidos para a Cruz e Candelária, ficando o Santo Lenho no oratório de dona Joana Maria, na rua dos Pescadores. Tornaram-se tradicionais as chuvas que caíram nos primeiros tempos do governo de Luiz de Vasconcellos, chegando a arrombar os encanamentos do aqueduto da Carioca. As da célebre noite do enterro do príncipe d. Pedro Carlos, genro de d. João, também ficaram memoráveis. As tropas marcharam de S. Cristóvão até ao Convento de Santo Antônio com água acima dos joelhos, e o fardamento delas, de propósito feito para tal cerimônia, ficou completamente estragado! As trovoadas, por ocasião da aclamação de D. Pedro I, bem como o medonho aguaceiro da tarde de 30 de Marco de 1862, logo após a inauguração da estátua equestre do 1º imperador, também merecem ser lembrados. São de nossos dias os desmoronamentos do morro do Castelo, em 6 de janeiro de 1860, em que desapareceram as varandas construídas pelo coronel Gabiso, junto ao Jardim da antiga fortaleza. São de recente

²¹ *Ibid.*, p. 193-207.

data as enxurradas de 1896, que causaram o desmoronamento de várias casas da antiga ladeira do Carmo e a ruína total da grande chaminé de uma serraria da rua da Misericórdia, bem como a da célebre noite de 11 de maio de 1897, em que teve lugar o baile dado no Itamaraty, em honra aos chilenos. Nunca se me apagará da memória o espetáculo de ver muitos convidados de casaca e claque, molhados como pintos, calças arregaçadas, levando à mão as botinas e sapatos rasos!²²

A segunda metade do século XIX foi uma época muito importante na história da relação do espaço urbano com os temporais, porque, de um lado, temos um processo de imensa expansão da malha urbana e, de outro, um intenso e gigantesco processo de migração para a cidade, que levou ao crescimento acelerado da população urbana. Tal crescimento coincidiu, como é sabido, com as grandes epidemias de cólera e febre amarela. E é justamente em função da necessidade de atacar as doenças, e não as inundações, que vão surgir grandes obras: aterros, nivelamento do solo para evitar poças, regulação do abastecimento de água, além de outras ações.

Os registros de memória das chuvas se tornam mais frequentes ao longo dos séculos XIX e XX. Não há razão para crer que esta maior frequência de registros reflita uma maior quantidade de chuvas – mas sem dúvida reflete uma maior frequência de enchentes. Cabe aqui distinguir entre chuvas e enchentes: se as chuvas são parte do ciclo natural de águas, com maior ou menor precipitação, maior ou menor intensidade, as enchentes dizem respeito ao escoamento destas chuvas. A chuva no alto da Serra do Mar faz com que rios caudalosos desçam a serra, chegando carregados na planície da bacia da baía de Guanabara. Ali, o traçado dos rios se expande, com meandros e curvas que aumentam a superfície de contato com as margens e vegetação. A terra se encharca, absorve o excesso de água. O que não é absorvido, esco para os manguezais, um ecossistema que não só se beneficia como necessita da variação de marés e de níveis de água.

Mas o que acontece quando os rios estão contidos em canais de concreto e há pouco contato com a terra? Quando o chão em que cai a chuva é

²² FAZENDA, J. V. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro, p. 29-30.

asfaltado e a vegetação natural substituída por casas e construções? Quando os morros perdem sua cobertura verde e a terra fica exposta à erosão das chuvas? A capacidade de absorção fica sensivelmente comprometida; a água se acumula em canais e valas, tomando violentamente ruas e casas. As ondas altas das marés não mais se dissipam nos mangues e pântanos, mas se chocam furiosamente com barreiras de concreto e avenidas à beira-mar. Morros se tornam ilhas, ruas se tornam rios, casas se tornam vulneráveis, surge o medo (pouco provável) de epidemias e o medo (bastante realista) de desabamentos e perda de vidas e propriedades. Em outras palavras, se a chuva, por intensa que seja, é parte da natureza, a enchente é um problema social.²³

A urbanização do Rio de Janeiro, portanto, levou ao aumento, e não à diminuição, das enchentes históricas ao longo do século XX. Isto acontece, como mencionado anteriormente, pelo próprio planejamento urbano que canalizava rios, construía em áreas alagadas e aterrava extensas áreas da baía de Guanabara. Esse controle do espaço urbano “de cima para baixo” não é, claramente, monopólio dos engenheiros e políticos cariocas. Mas, no caso do Rio de Janeiro, a expansão histórica da cidade – primeiro morro abaixo, depois baía adentro e finalmente morro acima – criou espaços desiguais em termos de vulnerabilidade às águas, as chamadas áreas de risco, nas quais certos grupos da população (mais pobres, menos assistidos pelo Estado) estão também mais vulneráveis que outros às enchentes. É essa história que se conta, brevemente, nas próximas páginas, por meio de algumas imagens das enchentes nas primeiras décadas do século XX, problematizando fotografias nas páginas das revistas ilustradas do Rio de Janeiro.

Em 1906, as chuvas de verão inundaram o Rio de Janeiro – mais uma vez. A inundação naquele ano tinha, contudo, um sabor mais amargo. A capital da República vivia as reformas urbanas de Pereira Passos (1904-1906). Inspirado pelas reformas parisienses de 1870, o Bota-abaixo, como ficou conhecida a reforma, arrasou morros, retificou e canalizou rios, aterrou grandes extensões da baía de Guanabara e seus manguezais, abriu avenidas, entre outras medidas que transformariam para sempre a paisagem carioca. Ainda assim, as chuvas mergulharam a cidade no pesadelo das enchentes, como nos anos precedentes.

²³ MAIA, Andr ea Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. *Revista de História Oral*, São Paulo, v. 14, n. 2, p.221-254, 2011.

Jornais e revistas publicavam cartas indignadas de moradores que viam as tentativas de transformação do Rio em uma cidade ordenada e civilizada irem literalmente por água abaixo. De que adiantavam os novos bulevares, diziam os jornais, se quando chegavam as chuvas a população ficava a nado? Na nova praça da Bandeira, antigo largo do Matadouro, até o coreto recém-inaugurado era uma ilha. O transporte, a luz elétrica e outros sinais de modernização ficavam comprometidos pelas chuvas. Nas páginas das revistas ilustradas, chargistas ironizavam a impotência do Estado e pediam “bondes submarinos” ou “aéreos”, únicos meios de locomoção possíveis nos dias de enchente.

O Rio de Janeiro se via num “*boulevard sem saída*.” A Reforma Passos, de alto custo social e financeiro, deveria colocar a capital entre as grandes cidades do mundo, e tirar de Buenos Aires o cobiçado título de “Paris da América do Sul”. No entanto, não obstante os progressos quanto à febre amarela, ao embelezamento do centro da cidade, à destruição das “cabeças de porco” (os cortiços que abrigavam a população pobre), de dezembro a março as chuvas de verão continuavam a alagar praças e ruas. Uma cidade moderna tinha que dominar a natureza – e não ser por ela dominada.

Terminadas, porém, as reformas, as enchentes ainda eram parte da paisagem do Rio de Janeiro. A capital da República era, incontestavelmente, uma cidade moderna – mas não de dezembro a março. Ao longo da Primeira República, praticamente todo ano, o Rio de Janeiro sofreu com enchentes.

A PAISAGEM SUBMERSA E SUAS FOTOGRAFIAS NAS REVISTAS ILUSTRADAS

Pensar a paisagem urbana do Rio de Janeiro no início do século XX por intermédio do olhar de fotógrafos, do ponto de vista da história, requer problematizar a noção de representação e cultura visual. No mundo da representação, as fotografias – promessa de perenidade – presente nas revistas ilustradas da recém-proclamada República, são agora a imagem da cidade no espelho. Espelho que guarda memória. Mas quais memórias? Por um lado, a memória oficial, dos fotógrafos que, identificados com o projeto republicano, estão encarregados de “documentar” a reforma urbana. O fotógrafo constrói, junto com o prefeito, a nova cidade, os novos bulevares, a “Paris Tropical”. Enfim, constrói, com imagens fotográficas, uma memória da cidade que se quer propagandar:

a cidade civilizada, a cidade capital da República brasileira. Assim, é importante pensar a imagem fotográfica a partir de seus componentes culturais, estéticos e ideológicos que constituem sua elaboração e recepção, bem como a visão de mundo do fotógrafo que produz essas imagens, seu *ethos*, sua própria experiência autoral e profissional enquanto produtor de imagens.

Ao relacionarmos a fotografia e a *problemática do real* vemos que é o resultado de escolhas, feitas por sujeitos situados historicamente. Ela é um *recorte espacial e temporal*. Ela recorta, *seleciona* e, ao fazê-lo, tem uma intenção, pois é representação e, como tal, constrói-se culturalmente, carregando-se de significação ideológica. Ela não é um *analogon* da realidade:

entre a imagem e a realidade que representa, existe uma série de mediações que fazem com que, ao contrário do que se pensa habitualmente, a imagem não seja restituição, mas reconstrução – sempre uma alteração voluntária ou involuntária da realidade, que é preciso aprender a sentir e ver.²⁴

A fotografia cria uma memória ou pretende criar, não recupera algo do passado. É instauração do novo. Na sua bidimensionalidade, carrega sentidos que se processam no tempo. Não é o passado, é uma representação que tem potencial de permanência no tempo. É “uma elaboração do vivido”.²⁵

Tamanho mar de possibilidades esconde a realidade da pesquisa histórica:

Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo.²⁶

²⁴ LEITE, Miriam Moreira. Retratos da família. Imagem paradigmática no passado e no presente. In: SAMAIN, Etienne (Org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 40.

²⁵ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n. 2, p. 76, 1996.

²⁶ GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. p. 14.

Desse modo, o propósito aqui é apresentar a cidade do Rio de Janeiro sob o olhar de fotógrafos que trabalhavam para as revistas ilustradas cariocas, narrando as mudanças ocorridas na cidade na época em que foi captada pelas lentes dos fotógrafos. Aqui nos concentraremos em revelar imagens de uma história que não a do sucesso dessas transformações na paisagem da cidade e, sim, um dos principais problemas que ocorreram simultaneamente às reformas urbanas: as enchentes que deixavam a cidade submersa e caótica, contrariando a busca pelo progresso e a civilização tão almejados pelos brasileiros naquele momento histórico.

Na pequena série de fotografias, documentos retirados das páginas das revistas, vemos o fato: a catástrofe. O anjo da história nos mostra escombros (*Trümmer*).²⁷ Mas temos que ver além do desastre natural, pois a destruição não é simplesmente ruína proveniente de um declínio perante a natureza. É uma catástrofe cultural, da ideologia do progresso, do positivismo grafado na bandeira nacional e pedra de toque das reformas urbanas na capital da recém-proclamada República. Ruínas antes mesmo de terminada a tempestade do progresso, denotando um projeto de modernidade não concluído. Catástrofe de um mundo construído sobre a ideologia do progresso que, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, parece ajudar este mesmo progresso. Até porque nas imagens vemos os escombros de cortiços (moradias populares), quiosques e outros objetos arquitetônicos que a própria modernidade trataria de destruir se as chuvas e inundações não os tivessem destruído.

As fotografias, essas belas “imagens técnicas”, produzidas pelos fotógrafos e seus “aparelhos”, também percorrem a vida e morte da cidade, os pontos mais críticos e os mais atingidos. Os textos que acompanham as imagens brincam ainda com a catástrofe: ruas são transformadas em rios caudalosos, praças viram lagoas, bairros da cidade são ironicamente comparados à cidade de Veneza. Todavia é importante notar que há uma predominância de imagens que denunciam a destruição dos antigos símbolos da cidade para que, após o dilúvio, uma nova cidade possa surgir. Ao mesmo tempo em que o novo canal do Mangue transbordado aponta para a falta de saneamento, e o palácio do governo também esteja submerso, o olhar do fotógrafo prioriza, na série coletada, a experiência da pobreza. Aqui, os mais atingidos, os pobres, é que são os temas privilegiados pelos fotógrafos.

²⁷ BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: _____. *Obras escolhidas*, v. 1: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1988.



FIGURA 1. Revista *O Malho*, n. 179, 1906. Coleção Plínio Doyle, pertencente ao Acervo da Casa de Rui Barbosa. Reportagem sobre os desmoronamentos ocorridos por conta da sequência de dias chuvosos. A reportagem comenta ainda as reformas e “melhoramentos” na cidade, mas critica a permanência de alguns casebres no Centro, como os que desabaram e cujos escombros veem-se na foto.



FIGURA 2. *O Malho*, n. 179, 1906. Coleção Plínio Doyle, pertencente ao Acervo da Casa de Rui Barbosa. Moradias populares do Centro são destruídas pela força das chuvas. Mesmo com a precariedade das estruturas, alguns moradores ainda transitam nos arredores das casas, tentando escorar o que restava.



FIGURA 3. *Careta*, n. 148, 1911. Acervo da Biblioteca Nacional. Retrato da situação das ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro após chuvas fortes. Tradicional centro de comércio da cidade, a rua dos Inválidos é comparada a um rio.



FIGURA 4. *Careta*, n. 148, 1911. Acervo da Biblioteca Nacional. Fotografia de movimentada área do Centro que, por conta da inundação, encontra-se deserta. Apesar de pouco perceptíveis, há pessoas ilhadas no lado esquerdo da fotografia.



FIGURA 5. *Careta*, n. 148, 1911. Acervo da Biblioteca Nacional. Aspecto da região entre a Zona Norte (Tijuca) e Centro da cidade, tradicional ponto de alagamento.



FIGURA 6. *Careta*, n. 148, 1911. Acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro e suas ruas são, nesta fotografia, comparados à Veneza e seus canais.



FIGURA 7. *Careta*, n. 148, 1911. Acervo da Biblioteca Nacional. Retrato da inundação das ruas da cidade.



FIGURA 8. *Careta*, n. 148, 1911. Acervo da Biblioteca Nacional. Fotografia do rio Joana, no Centro/Cidade Nova, completamente cheio.



FIGURA 9. *Careta*, n. 148, 1911. Acervo da Biblioteca Nacional. Fotos dos estragos causados pela chuva em morros do Rio de Janeiro.



FIGURA 10. *Careta*, n. 148, 1911. Acervo da Biblioteca Nacional. Casas humildes soterradas devido a desmoronamentos e pela intensidade da chuva.



Na rua Santo Christo dos Milagres.

FIGURA 11. *Careta*, n. 148, 1911. Acervo da Biblioteca Nacional. Escombros de construções derrubadas pela força das águas.



FIGURA 12. *Careta*, n. 1.028, 1928. Acervo da Biblioteca Nacional. Dois pontos tradicionais de cheia na cidade: o Catete e a praça da Bandeira, mostrando o Palácio de Catete e o antigo coreto ilhados.



FIGURA 13. *Careta*, n. 1.028, 1928. Acervo da Biblioteca Nacional. Em ambas as fotos a população se arrisca, a pé ou de barco, a transitar pela cidade inundada. A primeira foto é na Zona Sul e a segunda, no Centro, o que demonstra ser a enchente um problema que não se restringe a apenas uma zona da cidade.



FIGURA 14. *Careta*, n. 1.029, 1928. Acervo da Biblioteca Nacional. Canal do Manguê, na atual avenida Presidente Vargas, transbordando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um Rio de Janeiro que foi escolhido para ficar em meio a outros. Um Rio de Janeiro que nos mostra mais uma vez que todo documento é também monumento e que toda fotografia é também documento-monumento.²⁸ Assim como a cidade se apresenta como um texto, as fotografias da cidade também são textos, polissêmicos. Cabe ao leitor decifrá-la através de seus espelhos deformadores ou não. Lembrando-se sempre que as

imagens são superfícies que pretendem representar algo. Na maioria dos casos, algo que se encontra lá fora no espaço e no tempo. As imagens são, portanto, resultado do esforço de se abstrair duas das quatro dimensões de espaço-tempo, para que se conservem apenas as dimensões do plano. Devem sua origem à capacidade de abstração específica que podemos chamar de imaginação. No entanto, a imaginação tem dois aspectos: se, um lado, permite reconstituir as duas dimensões dos fenômenos, de outro permite reconstituir as duas dimensões em símbolos planos e decodificar as mensagens assim codificadas. Imaginação é a capacidade de fazer e decifrar imagens.²⁹

Enfim, trata-se de um material documental riquíssimo para a construção da história da cultura visual brasileira no início do século XX e, para além do caráter informativo e documental, tais imagens fornecem pistas interessantes sobre a representação do Estado, dos cidadãos e dos problemas socioambientais decorrentes das transformações urbanas inerentes aos processos de modernização das cidades latino-americanas, bem como das dificuldades de superação de problemas como o da própria inundação, sempre presente nas imagens da cidade quase de anualmente.

²⁸ LE GOFF, Jacques. Documento-Monumento. *Enciclopédia Einaudi*: Memória-história. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v. 1.

²⁹ FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 7.

E as imagens das inundações do Rio não cessam por aqui e continuam até o momento presente, já no século XXI. Imagens não muito diferentes das narradas por Marques Rebelo, em *O trapicheiro*, embora não tenhamos mais bondes naquela região e não possamos mais fumar em transportes públicos, o que talvez deixe o carioca ainda mais angustiado ao ficar preso por causa de uma enchente:

5 de março [1936]

O temporal que desabou à tarde, após um dia sufocante, reteve, a mim e a Garcia, três horas num bonde, e, quando os cigarros acabaram, foi angustiante.

O Catumbi, o Estácio, o largo da Segunda-feira, tudo se reduzia a um lençol d'água suja, somente vencido pelas carroças de tração animal, de altas rodas, cuja marola ia se quebrar nos degraus das casas alarmadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, U. M. A., As inundações e os aguaceiros. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, p. 193-207, 1951.
- ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões – 1554–1594*. Rio de Janeiro: Livraria Itatiaia, 1988.
- ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962.
- BACKHEUSER, Everardo. *Minha terra e minha vida*. Niterói: Niterói Livros, 1994.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: _____. *Obras escolhidas*, v. 1: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRANDÃO, A. M. *Tendências e oscilações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- COARACY, V. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.
- COSTA, Helder et al. *Enchentes no estado do Rio de Janeiro – uma abordagem geral*. Rio de Janeiro: Semads, 2001.

- FAZENDA, J. V. Antiquinhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 86, v.140, p. 25-30, 1920.
- FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam Moreira (Org.). *Desafios da imagem*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. XXI, p.190-191.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KESSEL, Carlos. A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LE GOFF, Jacques. Documento-Monumento. *Enciclopédia Einaudi: Memória-história*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v.1.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos da família*. Imagem paradigmática no passado e no presente. In: SAMAIN, Etienne (Org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LISBOA, Balthazar. *Annaes do Rio de Janeiro*. t. VII, 1834.
- MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. *Revista de História Oral*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 221-254, 2011.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n.2, 1996.
- ROSA, L. P.; LACERDA, W. A. (Ed.). *Tormentas cariocas*. Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Coppe, UFRJ, 1997.